

Despacho (extracto) n.º 29848/2007

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo do LNEC, I.P. de 2007-11-30, por delegação:

Arquitecto João António Costa Branco de Oliveira Pedro, investigador auxiliar, de nomeação definitiva — autorizada a equiparação a bolsheiro fora do País, por um período de um ano, com efeitos a 2007-12-15, nos termos do artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto e do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 282/89, de 23 de Agosto.

5 de Dezembro de 2007. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Morais*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 29849/2007

Nos termos do disposto no número 1 do artigo 25.º-A da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, dos números 2 e 3 do artigo 2.º e do número 3 do artigo 19.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com o previsto no número 1 do artigo 4º e no artigo 8º ambos do Decreto-Lei n.º 217/2007, de 29 de Maio, que aprovou a estrutura orgânica do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., determina-se o seguinte:

1 — É nomeada, em comissão de serviço, para o cargo de subdirectora do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., a licenciada Deolinda Maria Picado.

2 — A presente nomeação é fundamentada na reconhecida aptidão da visada e tem ainda como suporte o respectivo currículo.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2007.

24 de Novembro de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Nota curricular

Deolinda Maria Picado nasceu em Beja, em 1957. É licenciada em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia, desde 1984.

Leccionou nos ensinamentos preparatório e secundário até ao ingresso na Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR), em 1992, cujo quadro de pessoal integra a partir de 1995.

Actualmente tem a categoria de Assessor Principal do quadro de pessoal do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I. P. (ex-DGDR).

Foi Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da DGDR desde 1998 até 2006, com a responsabilidade de coordenação, entre outras, nas áreas de controlo orçamental, contabilidade e tesouraria, pessoal, expediente geral, património e formação.

Em 1999 foi nomeada Chefe de Projecto do Programa de Assistência Técnica ao QCA-FEDER.

Representou a DGDR em assuntos relacionados com o PIDDAC e comissões interministeriais e desenvolvido intensa actividade no acompanhamento financeiro de programas operacionais e intervenções operacionais de iniciativa comunitária.

Foi nomeada em 2006 Secretária Nacional-Adjunta do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD).

Despacho n.º 29850/2007

Nos termos do disposto no número 1 do artigo 25-A da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, dos números 2 e 3 do artigo 2.º e do número 3 do artigo 19.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com o previsto no número 1 do artigo 4º e no artigo 8º do Decreto-Lei n.º 217/2007, de 29 de Maio, que aprovou a estrutura orgânica do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., determina-se o seguinte:

1- É nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de subdirector do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., o licenciado Rui Manuel Palácio Carreira.

2- A presente nomeação é fundamentada na reconhecida aptidão do visado e tem ainda como suporte o respectivo currículo.

3- O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2007.

24 de Novembro de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Curriculum vitae

Rui Manuel Palácio Carreira, nasceu a 03 de Agosto de 1967. Formação académica:

1985-1989 — Licenciatura em Estudos Portugueses e Ingleses, da Faculdade de Letras da universidade de Lisboa;

1989-1993 — parte lectiva de mestrado em Licenciatura Portuguesa Contemporânea, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Formação profissional:

2005- ... — Secretário Nacional Adjunto do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com deficiência;

2002-2005 — Adjunto da Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, tendo a seu cargo, entre outras matérias, os assuntos sociais e a educação;

2002-... — formador da Fundação Mário Soares, no curso de Educação para a Cidadania e Paridade entre Géneros;

2001-... — professor de História dos Media e Inglês do curso de Comunicação social, na Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, Instituto Politécnico de Tomar;

1999-2002 — assessor do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

Participação cívica:

2002-... — vereador da Câmara Municipal de Constância;

1995-1999 — deputado à Assembleia da República pelo círculo de Santarém, secretário da Comissão da Paridade, Igualdade de Oportunidades e Família e membro da Comissão de Assuntos Europeus, representante de Portugal na Assembleia Parlamentar da NATO;

1993-2001 — membro da Assembleia Municipal de Constância.

Despacho normativo n.º 40/2007

A qualificação dos Portugueses é uma prioridade estratégica da acção do XVII Governo Constitucional, em matéria de educação e formação, visando, designadamente, a prevenção do insucesso e do abandono escolar e a melhoria das condições de empregabilidade e de transição para a vida activa.

Associando-se a esta prioridade, a Casa Pia de Lisboa, I. P., consciente dos desafios para Portugal, no século XXI, no quadro da União Europeia, no quadro das constantes mutações tecnológicas e científicas, propõe-se promover um conjunto de intervenções formativas, de dupla certificação, cumprindo o disposto na legislação nacional, nomeadamente os referenciais curriculares e planos de estudos definidos, no âmbito dos cursos de educação e formação e cursos profissionais, e a certificação de competências profissionais.

O ensino técnico profissional na Casa Pia de Lisboa, I. P. tem tido uma promoção centenária. Durante anos, o desenvolvimento de acções de formação permitiu que muitos jovens adquirissem um conjunto de competências significativas, pessoais e profissionais, que serviram de base à integração no primeiro emprego, salvaguardando a possibilidade de prosseguimento de estudos. A intervenção da Casa Pia de Lisboa, ao nível da formação profissional, encontra-se regulamentada pelo Despacho Normativo n.º 64/98, de 4 de Setembro, por áreas profissionais, cursos e correspondentes matrizes curriculares. Os cursos estão organizados por níveis de qualificação. Os cursos dos níveis de qualificação I e II integram uma componente de formação geral e uma componente de formação técnica. Os cursos de nível de qualificação III integram as componentes de formação sociocultural, de formação científica e de formação técnica. Não está prevista, no desenho dos planos de estudos, a formação em contexto de trabalho.

Considerando que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2006, de 6 de Janeiro, estabeleceu os objectivos e princípios orientadores para uma reestruturação da Casa Pia de Lisboa, obedecendo, entre outros, à adopção e qualificação do modelo de ensino profissional e reforço da formação em alternância, através da criação de oferta profissionalizante, do nível I ao nível IV, e consequente renovação dos planos de estudo e áreas de formação;

Considerando, ainda, que o Despacho Normativo n.º 32/2007, de 4 de Setembro, veio estabelecer o Modelo Socioeducativo da Casa Pia de Lisboa, I. P., nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento de respostas sociais, educativas e formativas, estruturado nos valores fundacionais da instituição e traduzindo a relevância da acção social enquanto matriz de toda a sua intervenção.